



DEMOCRACIA PARA QUEM? USOS E ABUSOS DA IMAGEM DE CRIANÇAS E JOVENS NA MÍDIA NOTICIOSA

Carmem Lúcia Sussel Mariano*
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
sussel@uol.com.br

RESUMO: Este texto aborda estudos em âmbito internacional e nacional sobre as retóricas e imagens presentes na visibilidade midiática de problemáticas associadas à infância e juventude, evidenciando que crianças e adolescentes adentram na mídia noticiosa de um ponto de vista negativo, com preferência por enfoques sensacionalistas, revestindo-os de interesse noticioso quando associados ao desvio, à sexualidade e à violência – seja enquanto vítima ou algoz. Argumenta-se que essa visibilidade não contribui para a visualização desse grupo etário como sujeitos políticos.

PALAVRAS-CHAVE: adultocentrismo; mídia e infância; cidadania de crianças e adolescentes; uso instrumental da infância.

DEMOCRACY FOR WHO? USES AND ABUSE OF THE IMAGE OF CHILDREN AND YOUNG PEOPLE IN NEWS MEDIA

RESUME: This paper approaches studies at international and national scope on rhetoric and images present in the media visibility of problems associated with childhood and youth, showing that children and young people enter the news media from a negative point of view with a preference for sensationalist focuses, covering them with news interest when associated with deviance, sexuality and violence - either as a victim or a villain. It is argued that this visibility does not contribute to the visualization of this age group as political actors.

KEYWORDS: adultcentrism; media and childhood; citizenship of children and teenagers; instrumental use of childhood.

* É professora da Universidade Federal do Mato Grosso no curso de graduação em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Possui graduação em Psicologia pela UNESP/Assis (1993), mestrado em Psicologia e Sociedade pela UNESP/Assis (2001) e doutorado em Psicologia Social pela PUC-SP (2010), atuando principalmente nos seguintes temas: Psicologia Social; políticas públicas; infância e juventude; direitos da criança e do adolescente; políticas para infância e juventude; mídia, infância e ideologia; relações étnico-raciais; relações adultocêntricas; resolução de conflitos escolares; sociologia da infância; psicologia da educação; gênero, diversidade e sexualidade.

INTRODUÇÃO

Uma maior visibilidade pública da situação da infância no mundo contemporâneo foi suscitada pelas mobilizações em torno do Ano Internacional da Criança (AIC), celebrado pela ONU em 1979, pela aprovação em 1989 da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e, ainda, pelo crescimento, nas últimas décadas, de organizações não-governamentais envolvidas no campo dos direitos da criança. O AIC foi disparador de uma ampla e comovente mobilização internacional em defesa das crianças e defender a “causa da infância” tornou-se empreendimento humanitário sublime e inquestionável. Conforme analisa Allsopp (citada por FRANKLIN, 2002), nunca antes as crianças e as imagens da infância tiveram tal força simbólica no debate adulto.

No contexto brasileiro, com aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a publicização midiática de questões da infância e juventude associadas à “situação de risco” ganhou ímpeto (MARIANO, 2010).



Em plano internacional ou nacional, presenciamos, nas últimas décadas, o afluxo de uma torrente de iniciativas que apresentam, preconizam, mobilizam a opinião pública, a academia, os governos, as igrejas, a mídia, a sociedade civil em torno dos direitos da infância e da adolescência. Denuncia-se, geralmente via campanhas, o desrespeito sistemático destes direitos. Aos temas tradicionais – mortalidade, morbidade, fome, escolaridade – juntam-se novos que permitem captar a violação de direitos da infância e da adolescência: “meninos de rua”, abuso sexual, pedofilia, gravidez adolescente, prostituição infantil. Temas recortados a partir dos anos 80 e que foram capazes de mobilizar uma indignação compartilhada entre o norte e o sul do Equador, que parece ganhar unanimidade universal. Temas que conseguem alçar seus defensores acima do bem e do mal (ROSEMBERG, 2004, prefácio, grifo no original).

Nessa mobilização em prol da infância, um dos componentes estratégicos tem sido a valorização do agendamento na mídia de temas relacionados à infância, protagonizada principalmente por organizações não-governamentais (PEREIRA, 2005; MARIANO, 2010), sustentada por posicionamentos que advogam que tanto maior será o avanço quanto mais tais questões ganham visibilidade. De fato, no processo de competição para definição das questões que serão “socialmente problematizadas”, a mídia ocupa uma posição central, pois, no contexto das sociedades modernas, ao dispor de canais poderosos de difusão, pode viabilizar a publicização de uma questão para a

qual se intenta concitar a atenção pública. Dessa forma, a mídia destaca-se como uma das arenas de competição para definição do que será alçado ao posto de problema social (BEST, 2007).

A despeito dessas ótimas intenções, não se pode esquecer que, numa sociedade marcada pelo poder do adulto, as crianças e adolescentes não são protagonistas de suas próprias causas. Ao terem pouco acesso ao poder, são os adultos quem definem seus direitos e suas problemáticas, bem como falam por eles.

Cabe destacar que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e, no caso brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente, garantiram o reconhecimento às pessoas até os 18 anos, tanto dos direitos de proteção e provisão, devido a especificidade e vulnerabilidade dessa etapa da vida, quanto dos direitos de liberdade e participação, ante a identidade com o ser humano (RENAUT, 2002). Portanto, tais marcos legais trazem uma inovação paradigmática na representação de infância e adolescência, entretanto, a configuração adultocêntrica das sociedades ocidentais, sustentada por bases epistemológicas e políticas ainda alimenta a representação das crianças e adolescentes como seres incapazes, irracionais, irresponsáveis, dependentes, pertencentes unicamente à esfera doméstica (QVORTRUP, 2014; ROSEMBERG; MARIANO, 2010) e, talvez, tão perigosos e ameaçadores para serem admitidos como sujeitos participantes da esfera pública.

Para Jacques Rancière, em *A partilha do sensível*, é o recorte sensível do comum que dá forma a comunidade e que define quem e o que pode ser visto e ouvido, portanto, quem vai ser considerado cidadão.

O cidadão, diz Aristóteles, é quem *toma parte* no fato de governar e ser governado. Mas uma outra forma de partilha precede esse tomar parte: aquela que determina os que tomam parte [...] A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce (RANCIÈRE, 2009, p. 15-16, grifos no original).

Ao pensarmos sobre a propagação pulverizada de imagens em nossa cultura contemporânea é possível entendê-las, na perspectiva de Rancière, como o compartilhamento de atos estéticos, portanto, como "configurações das experiências que ensinam novos modos de sentir e induzem novas formas de subjetividade política" (2009, p. 11), ou seja, as imagens acabam sendo subjetivantes ao definir aqueles que têm competência para participar do plano comum.

Se uma marca fundante das sociedades modernas é que o John Thompson denomina de “mediação da cultura”, caracterizada pelo “processo geral através do qual a transmissão das formas simbólicas se tornou mais mediada pelos aparatos técnicos e institucionais das indústrias da mídia” bem como pelo desenvolvimento do capitalismo (THOMPSON, 1995, p. 12), os discursos e imagens que circulam na mídia sobre um determinado grupo social influenciam no modo como esse grupo será valorado na sociedade.

Nessa esteira, uma vez que a política está fundada sobre o mundo do sensível e se a multiplicidade de manifestações dentro da comunidade é o que garantiria a democracia, conforme alude Rancière (2009), podemos perguntar se as imagens construídas sobre crianças e jovens na cobertura noticiosa sobre temáticas da infância e juventude têm contribuído para a visualização desse grupo etário como sujeitos políticos.

É a partir dessas questões que, neste ensaio, revisita-se a literatura internacional e nacional sobre a visibilidade social da infância e adolescência na mídia. Analisar essa visibilidade é um caminho para interrogar sobre a relação mais vasta entre infância, juventude, democracia e política, bem como sobre os usos instrumentais que adultos fazem das imagens de crianças e adolescentes.

A VISIBILIDADE SOCIAL DE CRIANÇAS

A literatura sobre o tratamento dado pela mídia à infância, tanto em plano internacional quanto nacional, aponta que, no geral, as crianças são, proporcionalmente, pouco visíveis na mídia. Crianças são trazidas à visibilidade quando associadas ao sensacionalismo, geralmente, em situações específicas de violência nas quais aparecem na condição de vítima ou de algoz, ou em questões ligadas à sexualidade (PONTE, 2005; ROSEMBERG e ANDRADE, 2007).

Cecília Von Feilitzen (2002) assevera que as pesquisas, realizadas em diferentes perspectivas, que analisam o conteúdo da mídia, identificam um padrão repetido e geral nessa produção como um todo em relação ao tratamento dado a crianças e adolescentes: a) as crianças são consistentemente sub-representadas e, quanto menores, mais invisíveis são; b) as vozes das crianças dificilmente são ouvidas; c) determinados segmentos de crianças aparecem proporcionalmente com menor

frequência do que outros: as meninas aparecem menos do que os meninos; as crianças da classe operária, ou pertencentes a minorias étnicas ou linguísticas, aparecem menos que aquelas de classe média. Segundo a autora, uma interpretação difundida para esses padrões recorrentes é que ocorre na mídia um reflexo das hierarquias de poder na sociedade, que dosam a visibilidade e o valor de cada grupo etário, social, étnico, etc. Para nós, a mídia não apenas reflete mas também sustenta e produz tais hierarquias.

Porém, há um contexto da mídia em que as crianças são representadas com maior frequência: os comerciais. Isso simboliza o seu alto valor de consumo econômico na sociedade, seja como consumidores atuais ou no futuro (FEILITZEN, 2002). Fúlvia Rosemberg (1979, p. 46) salienta que, na sociedade industrial e urbana moderna, as crianças e os jovens são pouco valorizados em si, pois constituem categorias sociais afastadas da produção. Seu valor “advém da atuação que possam ter na expansão do consumo e do próprio mercado de trabalho”. Ou seja, a especificidade da criança e do jovem mobiliza a criação de produtos e serviços a eles destinados.

Segundo Leela Rao (2002), isso também se deve às características que as crianças evocam e que são associadas nas peças publicitárias. Assim, o apelo da sua inocência tem sido associado à facilidade de uso de um produto, do mesmo modo que, ao simbolizarem tudo que é bom, aquilo que é promovido pela criança é associado a algo bom. As crianças são associadas, ainda, ao cuidado e alimentação e, portanto, são utilizadas como personagens imprescindíveis para promover produtos que aludem a tais aspectos.

A IMAGEM DA CRIANÇA VÍTIMA

Um histórico sobre a forma de atenção conferida à infância na mídia foi feito pela pesquisadora portuguesa Maria Cristina Ponte (2005), que sistematizou pesquisas norte-americanas, inglesas, asiáticas e portuguesas. Praticamente ausentes do noticiário de informação geral até o final da década de 1970, Ponte (2002) assinala que a maior visibilidade que os mais novos passaram a ter na imprensa nas últimas décadas, decorreu, sobretudo, por dois fatores: a maior publicização da situação da infância suscitada pelo Ano Internacional da Criança (1979) e pela aprovação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), bem como pelo direcionamento para um jornalismo de maior proximidade com os leitores, enfatizando temas de “interesse

humano”, num contexto de acentuação da vertente comercial na imprensa. Sobretudo a partir do AIC, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), passou a desenvolver campanhas em favor de crianças em “situação de risco”, com grande visibilidade midiática, inclusive no contexto brasileiro (ROSEMBERG, 2008).

Em Portugal, Ponte (2005) observou um aumento substancial na cobertura da mídia escrita sobre a infância a partir de 1990, ano que ocorreu a ratificação da Convenção por aquele país e a realização da Cúpula Mundial para as Crianças, a qual mobilizou a circulação de documentos sobre a situação da infância no mundo. A pesquisadora também constatou que, naquele país, em 1995, houve maior frequência de matérias sobre os maus-tratos e a assistência a “crianças em risco”, assim como, nesse ano, foi tratado pela primeira vez, com sequência, o tema do trabalho infanto-juvenil, creditando tal visibilidade ao diagnóstico da situação da infância em Portugal, este decorrente dos compromissos ante a ratificação da Convenção.

O agendamento da infância e suas questões na mídia, de modo geral, foi possibilitado, também, segundo Ponte (2005), por outras condições de produção da notícia. Dentre estas condições, a pesquisadora destaca a quebra do consenso em torno do “jornalismo objetivo” e mudanças internas nas redações, como a presença de mulheres e outras minorias, que levariam a uma postura de maior proximidade com os leitores comuns, extrapolando o público elitizado. Nesta esteira, afirmava-se a corrente chamada de “jornalismo cívico”, cuja tônica repousa na ação dos jornalistas no próprio fazer da democracia, com papel de ativar a vida da comunidade local e influir na agenda pública, “caracterizando os jornalistas como ‘pessoas que fazem as coisas’, mais do que ‘pessoas que descobrem coisas’” (PONTE, 2005, p. 86).

Outras condições são elencadas por Ponte (2005), a partir das pesquisas de Susan Moeller, sobre o uso de imagens de crianças no noticiário norte-americano nacional e internacional: a) as mulheres deixaram de ser representadas como desprotegidas, a partir dos movimentos feministas da década de 1970, as quais foram substituídas pelo ícone da inocência e da pureza, as crianças; b) as instituições midiáticas passaram a ceder cada vez mais aos imperativos financeiros, buscando angariar novos leitores, no caso, o público feminino; d) os jornalistas provenientes da “geração *baby boomer*”, inclinados a publicar histórias cujo enredo tivesse identidade com suas experiências de genitores.

No caso da mídia norte-americana, todos estes aspectos foram justapostos a significativas mudanças políticas em decorrência do fim da Guerra Fria, que teriam ocasionado um “vazio ideológico” naquele país.

A cobertura jornalística norte-americana de conflitos internacionais à luz do novo quadro geo-estratégico que se seguiu à Guerra Fria, Moeller (1999, 2002) mostra que a emergência das crianças nas notícias de conflitos não é descoincidente com a perda de referências estabilizadas sobre os ‘bons’ e os ‘maus’ que se sucedeu ao colapso do regime soviético e suas redes de influência. Quando os conflitos nos media se parecem cada vez menos com confrontações políticas e cada vez mais com batalhas brutais destituídas de ideologia, nada melhor do que recorrer a imagens dos mais fracos e inocentes: as crianças em perigo, imagens ‘transparentes no seu significado’ [...] Quanto mais nova a criança, melhor desempenha esse papel, numa ‘hierarquia de inocência’ (PONTE, 2002, n.p., grifos no original).

Nessa esteira, na ausência da “ameaça comunista” da qual os EUA pretendiam salvar o mundo, a infância, representada como o futuro da nação, passou a ser via pela qual prosseguiria seu discurso de “salvadores do mundo” e, assim, cumprir a missão de salvar da fome ou dos maus-tratos as crianças dos “países em desenvolvimento”.

Portanto, “falar sobre criança não é apenas falar sobre crianças em sentido literal” (MOELLER, citada por PONTE, 2005) e quando as imagens de crianças passam a aparecer nas páginas de noticiários, seja em peças que as abordam diretamente ou em coberturas de temas mais amplos (guerras; acidentes naturais), na maioria das vezes, deve-se muito mais ao poderoso argumento simbólico que representam, do que para atender aos interesses da categoria da infância: “a presença de crianças nos jornais de informação geral dá continuidade à expressão vitoriana de que são mais para serem *vistas* do que *ouvidas*, silenciadas que são as suas vozes por contraste com a frequência com que aparecem seus corpos” (PONTE, 2002, n.p., grifos no original).

Ante a carga emotiva que as imagens de crianças evocam, o uso retórico da infância passou a ser um poderoso recurso para convencer audiências ou gerar comoção e pode ser bem compreendido no que Moeller (apud PONTE, 2005), denomina de “cabide noticioso”:

Elas [as crianças] são uma sinédoque sobre o futuro do país, o bem-estar político e social de uma cultura. As histórias sobre crianças são sentimentais. Recorrem aos mesmos ganchos emocionais que os filmes melodramáticos. Levam os adultos a agir [...]. A imagem de uma criança em perigo é uma “isca” perfeita. É tão forte que impede o

pensamento racional. As crianças acentuam a dramaticidade de uma causa ao ser contrastada a sua inocência com a malevolência (ou talvez apenas a banal hostilidade) de adultos com poder. Por fim, o foco nas crianças serve a uma função logística. Uma vez que há crianças em todo mundo, estão sempre disponíveis, e depressa, para servirem de *cabide noticioso* (MOELLER, 2002, p. 38-39, *apud* PONTE, 2005, p. 88, grifos no original).

Ponte (2005) identificou, também, a acentuação dos usos instrumentais da imagem das crianças nos anos de 1990 quando da consolidação no jornalismo americano do enfoque em “furos jornalísticos” ligados às crianças (*kidsbeat focusing*), voltado a coberturas de longo prazo, em “estilo de cruzada”. De tradição no jornalismo norte-americano, nomeadamente a partir de Joseph Pulitzer, o “jornalismo de cruzada” se pauta na intervenção pública, ou seja, busca-se ir além da reportagem, visando a busca de soluções e a consequente afirmação dos jornais como instituição de pressão pública sobre políticas, não raro, sustentada por critérios de moralização social. A busca de soluções não visava somente à situação de crianças, mas a afirmação dos jornais como órgãos de pressão pública sobre políticas. Nesse “jornalismo de causa”, a maior atenção conferida a temas relacionados com crianças se traduziu em estilos sensacionalistas e superficiais, prevalecendo um tom espetacular nas questões reportadas¹. No balanço geral desse tipo de cobertura, Ponte (2005) destaca:

Do jornalismo de cruzada sobressaiu uma escrita unidimensional, notícias descontextualizadas, apresentação hegemônica de crianças e adolescentes como vítimas ou como loucos criminosos [...] O sensacionalismo nos títulos e fotos, o registo jornalístico de fatos descontextualizados e o desvio como critério de noticiabilidade marcaram esta cobertura (PONTE, 2005, p. 91).

Esta abordagem de “jornalismo de cruzadas” foi identificada no contexto brasileiro por Leandro Andrade (2004) no tratamento do jornal *Folha de S. Paulo* ao tema da prostituição infanto-juvenil, no período de 1985 a 1995, marcado pelo sensacionalismo e apresentação de estimativas bombásticas e desencontradas do problema, pela preponderância da denúncia, inclusive com o desvelamento da

¹ Ponte (2005) ilustra a espetacularidade conferida ao “jornalismo de causa” citando a campanha do *Chicago Tribune*, *Killing our children*, a qual mobilizou 75 jornalistas, 35 fotógrafos e artistas gráficos, numa série de reportagens sobre crianças menores de 15 anos, vítimas de violência urbana, e incluiu um conjunto de editoriais que mereceu o prêmio *Pullitzer* para o gênero, no ano de 1993.

identidade de personagens que se encontravam em situação de prostituição, ajustando-se à proposta do jornal de buscar uma solução para o problema.

No contexto sócio-histórico dessa noticiabilidade sobre a infância, destaca-se, também, a articulação entre a mídia e as organizações humanitárias, cujo foco privilegiou a mediação espetacular do sofrimento das crianças, sobretudo, dos países pobres (ALAJMO, 1993; LAVOINNE, 2002; ROSEMBERG, 1994; ROSEMBERG; ANDRADE, 2007).

Brauman e Backmann (1996, citado por ANDRADE 2004), analisando intervenções da ajuda humanitária internacional para o “terceiro mundo” nas décadas de 1980 e 1990, destacam a mediação do sofrimento como uma das estratégias de preenchimento do vazio político contemporâneo, incorporada numa dinâmica, iniciada nos anos 1970, que envolve o enfraquecimento das soberanias nacionais, a aceleração da globalização das trocas e o acesso das organizações não-governamentais (nacionais e internacionais) à tecnologia da informação. Os autores assinalam a progressão paralela do humanitarismo e da mídia o que, se por um lado, pode concorrer para o bem, já que a visibilidade do sofrimento potencializa aqueles que agem para atenuá-lo, por outro lado, pode ser nocivo, pois, uma retórica da piedade, focalizada sobretudo na dor das vítimas e na apelação por compaixão, esvazia a compreensão das determinações políticas que envolvem tais situações (ANDRADE, 2004).

Nesse particular, Yves Lavoinne (2002) destaca a crescente associação entre humanitarismo e espetáculo, ocorrida a partir dos anos 1980, especialmente impulsionada pelo engajamento de astros e estrelas do cinema e da música internacional com causas humanitárias, culminando na mobilização da mídia e de organizações humanitárias em torno do “espetáculo do sofrimento e da compaixão”. Ponte (2002) também assinala as “mega-iniciativas dos anos 80 e 90”, caracterizadas pelo cruzamento entre solidariedade, entretenimento, estratégias de marketing de afetos e produção midiática de grandes eventos. Um memorável evento desse formato foi o concerto *We are the World*, cujo título da canção emblema homônima, fazia-se acompanhar do subtítulo “USA for África”. Tal evento, recolheu mais de 110 milhões de dólares para combater a fome de crianças na Etiópia, mas também proporcionou prestígio a dezenas de artistas num *clip* que teve repercussão mundial.

É nessa esteira que aumenta vertiginosamente o engajamento de astros como “embaixadores extraordinários” de grandes organizações internacionais, notadamente o

UNICEF, “com o objetivo de capturar a notoriedade da vedete em benefício de uma causa”. A partir da década de 1980, passa a ser estrutural a ligação construída entre a solidariedade e a mídia: “a pior notícia de catástrofe se acompanha rapidamente de uma boa notícia, da emoção compartilhada, do laço social revivido e tornado manifesto” (LAVOINE, 2002, p. 131).

De modo crescente, a visibilidade de questões da infância, produzida e veiculada na mídia de “países desenvolvidos” foi conduzida, sobretudo, por meio da publicização de crianças em situações terríveis e traumáticas que fornecem as imagens mais dramáticas e que incitam a compaixão da audiência, tais como, fome, pobreza, guerra, doença, etc. É a imagem de *crianças vítimas* construída pelo olhar etnocêntrico e difundida por Organizações Não-Governamentais que corporificam “as melhores vítimas porque as mais desprovidas de capacidade de reagir. E quanto de mais longe vierem mais correspondem a esse lugar” (PONTE, 2002).

Destarte, imagens de crianças são escolhidas a partir de códigos conhecidos por Organizações Não-Governamentais para gerar “valor de choque” na mídia.



Nos processos de decisão que envolvem a escolha de imagens fortes (e que podem assegurar estatuto e glória ao seu autor e ao meio onde trabalha) para a primeira página ou para os ecrãs dos jornais televisivos tem particular ‘valor’ o critério da intensidade dramática. A criança metonímia do sofrimento de uma população (a criança bandeira) está no centro, por vezes integrando outra figura de fragilidade, a da mulher-mãe que a embala e consola (PONTE, 2002, n.p., grifo no original).

Ponte (2002, n.p.) destaca que um ponto central nas fotos que são cuidadosamente selecionadas é o “olhar apelativo de uma criança”, portanto, “é preciso que a criança nos esteja a olhar”, elemento infalível de promoção da compaixão.

Há outros fatores que acentuam esta retórica humanitária dramática, tal como o *modus operandi* da informação internacional produzida pelo “primeiro mundo” sobre o “terceiro mundo” que, conforme problematiza Alajmo (1993), é marcado pelo excesso de detalhes e superficialidade no conteúdo, detalhes esses selecionados os mais dramáticos, emocionais ou cômicos. O mundo pobre é retratado como um “outro” mundo, muito longínquo, exótico, de extravagância estereotipada, principalmente da desgraça. Neste processo informativo guiado pelo desconhecimento, a criança pobre do

mundo pobre revela-se sujeito de grande impacto e constitui o grupo identificado e selecionado de encarnação do estereótipo do “subdesenvolvimento”.

A NOTICIABILIDADE SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Uma constatação comum dos pesquisadores sobre a noticiabilidade de crianças e adolescentes na mídia têm sido a sua associação à violência, apresentando-os de modo hegemônico como vítimas ou como algozes (PONTE, 2005; FRANKLIN, 2002; ANDRADE, 2005; FREITAS, 2004; ROSEMBERG; ANDRADE, 2007), ou em questões ligadas à sexualidade (PONTE, 2005, ANDRADE, 2004; NAZARETH, 2004; BIZZO, 2008; MORAES, 2017). A violência é uma via de entrada para se abordar na mídia questões relacionadas à infância ou adolescência. A associação com a violência acentua a dramaticidade de questões e sensacionaliza debates. Grupos de crianças e adolescentes específicos, principalmente as pobres, são intensamente associados à pauta noticiosa como vítimas de violência ou protagonizando atos violentos e, conforme alude Feilitzen (2002), essa forma de visibilidade atende mais às estratégias sensacionalistas da mídia do que a um tratamento que contribua para uma compreensão dos fenômenos sociais focalizados.

Bob Franklin (2002), analisando a produção midiática sobre crianças e jovens na imprensa britânica nas décadas de 1980 e 1990, também identificou a associação dessas categorias etárias a questões dramáticas e sua representação na mídia a partir de duas imagens contraditórias: como passivos, dependentes, vulneráveis e necessitando proteção ou, alternativamente, como antissociais, desviantes, irresponsáveis e necessitando de controle social.

A imagem mais proeminente das crianças na cobertura de imprensa, naquele país, foi a da inocência da infância ou, mais exatamente, da “inocência violada da infância”. As campanhas da mídia relacionadas à infância estavam mais voltadas para o “considerável” risco de abuso físico e sexual das crianças, sugerindo a necessidade de uma proteção maior, inclusive de seus próprios pais (FRANKLIN, 2002, p. 30).

Este tipo de cobertura teve a sua frequência aumentada no começo dos anos 1990, cuja marca foi a vigília em torno dos inquiridos extensamente publicizados sobre as mortes de crianças novas nas mãos de seus pais, bem como a longa repercussão do caso Cleveland, que envolveu uma sequência de denúncias, iniciadas em 1987, feitas

por médicos do hospital local, sobre um número elevado de crianças com sinais de abuso sexual.

No contexto brasileiro, a associação entre infância, adolescência e sexualidade também foi analisada em pesquisas que abordaram o tratamento do jornal *Folha de S. Paulo* às temáticas da “prostituição infanto-juvenil” (ANDRADE, 2004); “gravidez na adolescência” (NAZARETH, 2004); “aborto voluntário na adolescência” (BIZZO, 2008); “abuso sexual infantil e pedofilia” (MORAES, 2017). Tais pesquisas indicam que estas temáticas também ganharam visibilidade no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, ou seja, após a aprovação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Na abordagem desses temas, o jornal privilegiou o sensacionalismo e a espetacularização, com conteúdos pouco informativos e o uso de uma retórica que buscou exacerbar a dramaticidade dos temas por meio de: apresentação de estimativas catastróficas dos fenômenos abordados, sem fundamentação em bases empíricas ou em fontes confiáveis; abordagem dos temas via situações extremas e inusitadas, acentuação da conotação infantil das personagens e a busca pela personagem de menor idade.

No tratamento da *Folha de S. Paulo* aos temas da “gravidez na adolescência” e “prostituição infanto-juvenil”, muitas matérias foram ilustradas por fotografias nítidas das personagens, identidades civis foram reveladas, numa clara violação dos direitos dessas adolescentes. Ainda, foi notória a busca pelas personagens mais jovens para “ilustrar” as reportagens, fortalecendo a alusão à “inocência violada da infância” (ANDRADE, 2004; NAZARETH, 2004). A exposição midiática de meninas em situação de prostituição, com a publicação inclusive de fotos, pode ter efeitos altamente nefastos: colabora para a estigmatização das personagens, contribui para construção da imagem da criança/adolescente como uma mercadoria sexual e facilita que abusadores localizem seus alvos.

Julianne Caju de Oliveira S. Moraes (2017) ao analisar a temática do “abuso sexual infantil” na *Folha de S. Paulo*, constatou que a abordagem do jornal foi pela ótica policial e sensacionalista, privilegiando o uso da expressão “pedofilia”, termo este que se reveste de maior sensacionalismo e possibilita a espetacularização, ganhando o sentido de que todo abuso sexual contra crianças e adolescentes tem correlação com a pedofilia, portanto, circunscrevendo os abusadores de crianças no campo da patologia,

da perversão, o que acaba por desfocar o abuso sexual de sua dimensão de fenômeno cultural.

Outro elemento marcante dessa produção é que tais pesquisas constataram uma produção discursiva estigmatizadora de crianças, adolescentes e famílias pobres, resultando no que Rosemberg e Andrade (2007, p. 257) denominaram de “armadilhas do discurso”, porque, a retórica utilizada constrói e sustenta identidades deterioradas do segmento que pretende defender.

Tais imagens estigmatizadoras de crianças e adolescentes também foram identificadas nas pesquisas de Andrade (2005) sobre “meninos de rua” e de Freitas (2004) sobre o “trabalho infanto-juvenil” no jornal *Folha de S. Paulo*. Rosângela Freitas (2004) identificou que a presença de trabalhadores infanto-juvenis como depoentes nas peças jornalísticas foi utilizada para sustentar um estilo investigativo de denúncia, que buscou atestar a veracidade com a exposição da “vítima”. O discurso do jornal valorizou situações extremas, como pouca idade da criança e do adolescente trabalhador, piores tipos de atividades laborais, lesões físicas, famílias em situação de miserabilidade, acentuando o estilo sensacionalista empregado no tema, em detrimento de um debate informativo sobre as multideterminações do trabalho de crianças e adolescentes. Não é sem razão que imagens de crianças no corte de cana, quebrando brita ou sujas em carvoarias povoam o nosso imaginário quando pensamos no trabalho infanto-juvenil. Crianças em atividade de glamour ou socialmente valorizadas (tais como ator/atrizes, modelo, atleta, jogador de futebol infanto-juvenil ou *youtuber*), embora suas imagens também estejam presentes na mídia em geral, não nos remetem a ideia de trabalho infanto-juvenil.

Alguns dos jornalistas que mais escreveram sobre esse tema, de certo modo, já eram ou se tornaram referências jornalísticas sobre questões relacionadas à infância e à adolescência, como, por exemplo, Gilberto Dimenstein, Mário C. Carvalho e Ari Cipola (FREITAS, 2004). A pesquisadora lembra que estar associado a um jornal de prestígio, conseqüentemente, infla o prestígio daquele que se associa, configurando o que Thompson (1995) denomina de “valorização cruzada”. Isso num cenário em que “campanhas, debates públicos, premiações e publicações de livros aparecem no cenário cada vez mais pautado e pautando o tema” (FREITAS, 2004, p. 211). Para a pesquisadora, a mídia foi um *locus* privilegiado de divulgação da campanha de

erradicação do "trabalho infanto-juvenil" e de conquista de adeptos ativistas humanitários que consomem notícias.

Tal valoração cruzada foi igualmente constatada em relação à temática “meninos de rua”. Marcelo Andrade (2005) identificou que personalidades das mais diferentes esferas e celebridades estiveram associadas ao tema "meninos de rua" na *Folha*: presidentes, governadores e prefeitos, representantes da igreja católica, educadores, desportistas, artistas, além dos organismos multilaterais e organizações não governamentais nacionais e internacionais. A categoria "meninos de rua" teve ingresso no jornal durante a década de 1980 e, de 1989 para 1990, apresentou o seu primeiro pico de frequência. Em 1990, o jornal publicou uma longa matéria intitulada “Marcados para morrer”, de autoria do jornalista Gilberto Dimenstein, sobre assassinatos de criança no Brasil, que resultou no livro *Guerra dos meninos*. A violência foi a via principal de acesso do tema no jornal, seja na condição de vítima ou de algoz. A imagem de “meninos de rua” associados à periculosidade, à criminalidade e ao descontrole também foi frequente.

A categoria “menores infratores” também foi altamente focalizada na mídia brasileira sob a ótica policialesca e falaciosa, sustentando, no caso de crimes cometidos por crianças e adolescentes, uma super-representação dos casos de crimes violentos contra a pessoa e uma sub-representação dos crimes não violentos contra o patrimônio (ANDI, 2001), numa narrativa que constrói imagens de crianças e adolescentes associadas a uma natureza perversa, à periculosidade, à nocividade e à agressividade descontrolada (MINAYO & NJANINE, 2002; ESPÍNDULA; ARANZEDO; TRINDADE; MENANDRO; BERTOLLO; RÖLKE, 2006).

Bob Franklin (2002) identificou esta característica da cobertura da imprensa britânica a partir de meados da década de 1990, quando o noticiário passou a, sistematicamente, alimentar o pânico em torno das crianças e adolescentes. Os componentes dessa ênfase da cobertura envolvendo crianças e adolescentes foram: focalização quase que exclusivamente no crime, representando as crianças unidimensionalmente como bandidos, assassinos, abusadores de droga; representação das crianças e dos jovens como fora do controle da polícia, dos pais, das cortes, do sistema criminal da justiça e das comunidades em que vivem, enfim, vistos como um inimigo ameaçador; tendência a identificar, inclusive por meio de fotografias, e individualizar crianças como “bode expiatório”; generalização de condutas de algumas

crianças para incluir todas as crianças; ênfase na pouca idade da criança objeto de reportagem com conotação negativa, induzindo à conclusão de que as crianças estão se tornando “desviantes” cada vez mais cedo.

Tais deslocamentos na representação das crianças e da infância nos noticiários teriam ficados mais explícitos, segundo Franklin (2002), na cobertura da imprensa britânica do assassinato de James Bulger, de cinco anos, por duas crianças de 10 anos, ocorrido em 1993. Nesse caso, o fato de duas crianças terem cometido o assassinato de outra criança, teria desafiado profundamente a construção social romantizada das crianças como “anjos inocentes” e foi extremamente espetacularizado pela mídia por vários anos, sendo a atenção a ele suplementada por conta dos eventos envolvendo o julgamento e a condenação das crianças envolvidas. Na cobertura de imprensa deste caso, as crianças foram transformadas em “diabos” e bandidos, fornecendo ímpeto adicional ao pânico moral sobre crianças e legitimou o aumento do autoritarismo da polícia e da justiça criminal.

Pesquisadores latino-americanos têm igualmente constatado a posição de relevo conferida a temas associados à violência no tratamento jornalístico dado à infância e à adolescência, como Jorge Navas (1994), da Nicarágua, e Leonor Arfuch (1997), da Argentina.

Além da forma como crianças e jovens ascendem à visibilidade midiática, especialmente a noticiosa, vista até aqui como sendo de caráter predominantemente sensacionalista, ainda há que se mencionar a ausência de voz de crianças ou adolescentes implicados nas notícias, bem como a não consideração deles como possíveis receptores das matérias. Assim, crianças e adolescentes, no processo de construção da notícia sobre eles, são, geralmente, duplamente desconsiderados: são concebidos como não possuindo “capacidade” ou “discernimento” suficiente para opinar, ou seu ponto de vista não é considerado importante. Do ponto de vista da recepção, supõe-se que crianças e jovens não tenham compreensão sobre o que é dito sobre eles, sendo as matérias noticiosas sobre eles, geralmente, endereçadas ao público adulto (PONTE, 2005; ROSEMBERG; ANDRADE, 2007; MARIANO, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura internacional e nacional que tem se debruçado sobre a cobertura noticiosa da infância e juventude na mídia, aponta que as crianças e adolescentes adentram à visibilidade midiática quando associadas à violência, seja na condição de vítima ou de algoz (PONTE, 2005; FRANKLIN, 2002; ANDRADE, 2005; FREITAS, 2004; ROSEMBERG; ANDRADE; 2007), ou em questões ligadas à sexualidade (PONTE, 2005, ANDRADE, 2004; NAZARETH, 2004; BIZZO, 2008; MOARES, 2017). A partir destas análises, pesquisadores e ativistas têm considerado o tratamento midiático dado à infância como sensacionalista. Tais estudos mostram que a visibilidade de crianças e adolescentes na mídia tende a emergir de um ponto de vista negativo e que o conjunto dessa produção produziu um repertório discursivo específico para tratar de temas associados à infância e à adolescência.

Portanto, quando empresas de mídia ou jornalistas se assumem como arautos no fazer da democracia, buscando influir na agenda pública, como defende a corrente do “jornalismo cívico”, bem assim quando organizações não-governamentais nacionais e internacionais, organismos multilaterais e ativistas se mobilizam para angariar visibilidade de temáticas da situação da infância na mídia, é preciso considerar o alerta de Leonor Arfuch (1997, p. 51-52, grifo no original):

[...] quando se fala em “conduzir para a agenda pública” certos temas, de que a imprensa (ou televisão) faça eco de certas problemáticas (inquietação que sempre aparecem quando se pensam em políticas), a primeira pergunta a considerar é, justamente, o como. De quais perspectivas, por meio de quais estratégias de comunicação, para articular que tipo de narrativas?

Ora, se as relações etárias configuram relações de dominação, num mundo construído pelos adultos é preciso problematizar o pouco poder político das próprias crianças e adolescentes, decorrente da vulnerabilidade estrutural a que estão subjugados em face das relações assimétricas adulto-criança (ROSEMBERG; MARIANO, 2010), e que pouco podem questionar sobre o modo sensacionalista e negativo pelo qual são representados na mídia, ou mesmo, a restrita possibilidade de denunciarem a violação do direito à preservação da identidade e da intimidade quando suas vidas são devassadas em matérias jornalísticas.

Ainda, essa visibilidade deteriorada justifica medidas de exacerbação do controle sobre crianças e adolescentes, tanto no plano das relações interpessoais como

na elaboração de políticas públicas, contribuindo para manter a posição de subordinação da infância e da adolescência na sociedade. Nessa esteira, Franklin (2002) assinala que se representação como antissocial, desviante e fora de controle é prejudicial, também é nociva a apresentação da criança como vítima, em absoluta vulnerabilidade e necessitando de proteção, pois contribui para justificar que crianças e adolescentes não sejam considerados seriamente e responsáveis o bastante para usufruir de algum tipo de participação na sociedade.

Ou seja, ambas as representações não ajudam às reivindicações para que as crianças sejam consideradas como sujeitos de direitos, pois, no contexto das relações adulto-criança, “estas construções diversas das crianças são produtos do adulto, refletindo um ‘olhar particular adulto’ e projetado para servir a propósitos do adulto”, enfim, “os adultos constroem as crianças que necessitam” (FRANKLIN, 2002, p. 30).

A imagem deteriorada de crianças e adolescentes veiculada na mídia contribui para a exclusão moral desse grupo etário, permitindo parecer aceitável e justo excluí-los do campo da participação política e do exercício da democracia, inclusive, na gestão das escolas, instituição onde passam grande parte de seu tempo diário. Portanto, resta perguntar: como podemos avançar na consideração da cidadania das crianças e adolescentes se temos sustentado representações sobre esse grupo etário que os desqualificam como pessoas participantes da sociedade, que lhes retira o direito à fala, que não lhes garante o direito à escuta, que não planeja canais de participação para crianças e adolescentes? Afinal, a democracia não pressupõe a participação de todas as vozes?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAJMO, Marco. Des-informação e criança brasileira: considerações críticas sobre comunicação e conhecimento. In: RIZZINI, Irene (Org.). **A criança no Brasil de hoje: desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.
- ANDI (Agência de Notícias pelos direitos da criança). **Balas perdidas: Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da Violência**. Brasília/DF, 2001.
- ANDRADE, Leandro Feitosa. **Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia**. São Paulo: EDUC, 2004.

- ANDRADE, Marcelo Pereira de. **A categoria “meninos de rua” na mídia: uma interpretação ideológica**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- ARFUCH, Leonor. **Crímenes y pecados: de los jóvenes en la crónica policial**. Buenos Aires: Cuadernos del Unicef, 1997.
- BEST, Joel. **Social problems**. New York: Norton and Company, 2007.
- BIZZO, Vanessa Monteiro. **Infância associada ao tema aborto voluntário em peças jornalísticas publicadas no jornal online da Folha de S. Paulo (1997-2005)**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.
- ESPÍNDULA, D.; ARANZEDO, A.; TRINDADE, Z.; MENANDRO, M.; BERTOLLO, M.; RÖLKE, R. “Perigoso e violento”: representações sociais de adolescentes em conflito com a lei em material jornalístico. **PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora**, 7(2), p. 11-20, 2006.
- MINAYO, M.; NJAINE, K. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. **Ciência e Saúde Coletiva**, 7(2), São Paulo, p. 285-297, 2002.
- FEILITZEN, Cecília von. Educação para a mídia, participação infantil e democracia. p. 19-35. In: _____; CARLSSON, Ulla (Orgs.). **A criança e a mídia: imagem, educação, participação**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002.
- FRANKLIN, Bob. Children’s rights and media wrongs. p. 15-42. In: _____ (ed.) **The new handbook of children’s rights: comparative policy and practice**. Londres/New York: Routledge, 2002.
- FREITAS, Rosângela Ramos de. **O tema trabalho infanto-juvenil na mídia: uma interpretação ideológica**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- LAVOINNE, Yves. **L’humanitaire et les médias**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2002.
- MARIANO, Carmem L. Sussel. **Direitos da criança e do adolescente: os marcos legais e a mídia**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.
- MOELLER, Susan. A hierarchy of innocence. The medias’s use of children in the telling of international news. **Press/Politics**, 7 (1), p. 36-56, 2002.
- MORAES, Julianne Caju de Oliveira Moraes. **Discursos sobre a temática do abuso sexual de crianças e da pedofilia na mídia escrita**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. Mato Grosso, 2017.
- NAVAS, Jorge. Jovenes y médios de communication. In: SOLÓRZANO, Irela; ABAUNZA, Humberto. **Las reglas del juego: limites y libertades para la juventud en Nicaragua**. Managua: Puntos de Encuentro, 1994.
- NAZARETH, Leila. **O discurso da mídia sobre a adolescente grávida: uma análise da ideologia**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- PEREIRA, Fabiana da Cunha. **Em nome da criança e do adolescente: ONGs e imprensa em parceria na construção do noticiário**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, 2005.
- PONTE, Maria Cristina. Imagens de crianças na imprensa de informação geral. **Anais do XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação**, Salvador, n.p., 2002.
- _____. **Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

- QVORTRUP, Jens. Visibilidade de crianças e infância. **Linhas Críticas**. V. 20, n 41, p. 23-42, jan./abr. 2014.
- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO/34, 2009.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Eu consumo, tu me consumes. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n.º 31, p. 41-48, dez. 1979.
- _____. O discurso sobre criança de rua na década de 80. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n.º 87, p. 71-81, nov. 1993.
- _____. Crianças pobres e famílias em risco: as armadilhas de um discurso. **Rev. Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. IV (1), p. 28-33, 1994.
- _____. Prefácio de ANDRADE, Leandro. **Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia**. São Paulo: EDUC, 2004.
- _____. Criança pequena e desigualdade social no Brasil. p. 49-86. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____; ANDRADE, Marcelo. Infância na mídia brasileira e ideologia. p. 257-274. In: JACÓ-VILELA A.M. e SATO, L. (Orgs.). **Diálogos em Psicologia Social**, Porto Alegre, Ed. Evangraf, 2007.
- _____; MARIANO, Carmem L. Sussel. A Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança: Debates e Tensões. **Cadernos de Pesquisa**. v. 40, n. 141, p. 693-728, set./dez.2010.
- SÁNCHEZ-JANKOWSKI, Martín. As gangues e a imprensa: a produção de um mito. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, nºs 5 e 6, p. 180-198, maio-dez, 1997.
- RAO, Leeia. Advogados de uma nova sociedade de consumo: as crianças nos comerciais da TV. p. 109-118. In: _____; CARLSSON, Ulla (Orgs.). **A criança e a mídia: imagem, educação, participação**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002
- RENAUT, Alain. **A libertação das crianças: a era da criança cidadão**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

RECEBIDO EM: 30/09/2020

PARECER DADO EM: 03/11/2020